

José Cruz



À mesa, Milton Gonçalves (E), Paulo Paim, Alfred Gusenbauer, Garibaldi Alves Filho, Cristovam Buarque e José Vicente

Sessão solene para os 120 anos da Lei Áurea

A aprovação do Estatuto de Igualdade Racial, projeto de Paulo Paim, foi defendida ontem por Garibaldi Alves e outros senadores na sessão especial em comemoração aos 120 anos da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no país. **Página 7**

Serys apresenta relatório preliminar à LDO de 2009 **Página 2** | CPI apura denúncia de pedofilia no interior de Goiás **Página 6**

Meirelles: inflação sobe mesmo sem considerar os alimentos

O Banco Central calculou a inflação dos últimos meses sem incluir os alimentos e, mesmo assim, constatou que os preços estavam em alta. Assim Henrique Meirelles justificou a elevação da taxa de juros. **Página 4**

Márcia Kallume



Entre Mário Mesquita (E), diretor do BC, e Aloizio Mercadante, Meirelles fala à CAE

Marina sai do governo e deve voltar ao Senado

Vários senadores, alguns se dizendo “perplexos”, deram boas-vindas à senadora licenciada Marina Silva, que ontem à tarde apresentou seu pedido de demissão do cargo de ministra do Meio Ambiente e reassumirá o mandato em breve. **Página 5**

Paulo Lima



Senadores e convidados ouvem, no lançamento do Ano Cultural, o discurso de Demostenes

Ano Cultural tem uma série de eventos até dezembro

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, lançou ontem à noite o Ano Cultural Artur da Távola. O projeto, coordenado pelos senadores Demostenes Torres e Marco Maciel, além de um grupo de servidores, compreende uma programação de eventos culturais a serem desenvolvidos de maio a dezembro deste ano. **Página 6**

Relatora, Serys Slhessarenko propõe procedimentos para apresentação de emendas parlamentares ao texto

LDO de 2009 já tem relatório preliminar

A relatora da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), entregou ontem à Comissão Mista de Orçamento (CMO) o texto preliminar com os procedimentos para análise da LDO. O documento vai nortear o atendimento de emendas parlamentares, que devem passar de 3 mil.

Este ano, a CMO patrocinou audiências públicas, em Cuiabá e em Curitiba, com prefeitos, deputados estaduais, vereadores e representantes da sociedade civil.

– A LDO deve ser trabalhada de forma proveitosa em termos regionais. A força das bancadas favorece a busca de recursos – disse Serys.

No relatório a senadora reafirmou o número de emendas permitido: cinco individuais, cinco por bancada e cinco por comissão



Gerardo Magela

Serys entrega à CMO documento que norteia atendimento de emendas

permanente. Hoje e amanhã estão reservados para apresentação de emendas e a votação do relatório deve ocorrer até 20 de maio.

O Anexo de Metas e Prioridades estabelece os valores das emendas e tem R\$ 16,7 bilhões em ações prioritárias, total que pode chegar a R\$ 19 bilhões.

“Grito da Terra” chega ao Congresso para pedir apoio a reivindicações

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) realizou ontem manifestação em frente ao Congresso para apresentar a pauta do Grito da Terra Brasil 2008.

O movimento pede aos senadores a aprovação do projeto (PLV 8/08) que cria o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo, estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural e prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais. Proveniente da

Medida Provisória 410/07, o PLV acrescenta artigo à Lei 5.889/73. Foi pedida também a aprovação da proposta de emenda à Constituição, em tramitação na Câmara, que determina a expropriação de fazendas que exploram o trabalho escravo (PEC 438/01).

A Contag realiza todo ano, no mês de maio, o Grito da Terra Brasil, que mobiliza cerca de 25 milhões de trabalhadores rurais, 27 federações estaduais e mais de 4 mil sindicatos de trabalhadores rurais.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Homenagem a Israel

Os 60 anos de criação do Estado de Israel serão comemorados hoje, às 10h, com sessão especial. Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta continua trancada por medidas provisórias (MPs).

Garibaldi recebe Gilmar Mendes e líderes

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, preside, às 10h, sessão em homenagem aos 60 anos do Estado de Israel. Às 11h, recebe o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes.

Às 11h30, faz o lançamento do **Jornal do Senado** em braile. Às 15h, preside reunião de líderes e, às 16h, a ordem do dia em Plenário. Às 18h, recebe a comissão dos 20 anos da Constituição.

Biocombustível e preço dos alimentos

Às 10h, será realizada audiência pública conjunta das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), com a Subcomissão dos Biocombustíveis, da CRA, para debater críticas de que os preços dos alimentos sofrem pressão da produção de biocombustíveis. Foram convidados os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes; e das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Jornal do Senado em braile

Será lançada às 11h30, na sala da Presidência, a versão em braile do **Jornal do Senado**. A publicação será distribuída de forma gratuita a entidades que desenvolvem projetos de apoio a portadores de deficiência visual. Com circulação mensal, o periódico priorizará em sua cobertura os projetos aprovados em Plenário e nas comissões e os debates que envolvam temas de relevância nacional.

Mudanças na comunicação social eletrônica na CCT

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realiza reunião técnica às 15h para apresentação do substitutivo ao projeto de lei que dispõe sobre a organização e exploração das atividades de comunicação social eletrônica (PL

29/07), em tramitação na Câmara dos Deputados. O objetivo da reunião é fornecer subsídios ao grupo de trabalho criado pela CCT para sistematizar a legislação referente à televisão por assinatura e propor uma nova regulamentação para o setor.

CPI das ONGs

A CPI das Organizações Não-Governamentais (ONGs) faz reunião administrativa, às 11h30, para apreciação de requerimentos de convocação de autoridades, quebra de sigilos e realização de diligências.

CCJ analisa regras eleitorais e nova Sudeco

A pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h, prevê a votação do projeto que dispõe sobre a divulgação, no horário reservado à propaganda eleitoral no rádio e na televisão, dos nomes dos candidatos que respondem a processos criminais e por quebra de decoro parlamentar. Entre os outros 21 itens em pauta, encontra-se o projeto que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

CI vota indicação de diretor da ANTT

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) se reúne para analisar 11 itens. O primeiro é a mensagem da Presidência da República que indica Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A pauta da CI tem ainda cinco projetos que tratam do Plano Nacional de Viação.

CAS debate capacitação de jovens

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza, às 11h, debate para avaliar as políticas públicas para a capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho da juventude com representantes dos ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, bem como do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Orçamento

Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) realizará reunião deliberativa para analisar pauta de três itens.

Conflito Raposa Serra do Sol

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realiza, às 9h, audiência pública para debater a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol (RR). Entre os convidados, estão o indigenista Sydney Possuelo, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira, e a advogada indígena Joênia Batista de Carvalho.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Jefferson Péres, Inácio Arruda, Efraim Morais, Antonio Carlos Júnior e Mão Santa



Maciel (esq., ao lado de Helvécio Castelo) comandou audiência que evidenciou divergências

Extinção dos terrenos de marinha divide debatedores na CCJ

A proposta de emenda à Constituição (PEC 53/07) que prevê a extinção dos terrenos de marinha e dispõe sobre a propriedade desses imóveis dividiu a opinião dos convidados para audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A PEC, do senador Almeida Lima (PMDB-SE), tem o apoio do relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Na audiência, o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e o engenheiro civil e especialista em Hidrologia Sérgio Marcolini se manifestaram a favor da extinção. Eles foram acompanhados pelo advogado Cândido Paraguassu, que participou do debate repre-

sentando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Ele classificou os terrenos de marinha de “ficção jurídica”

Já o secretário-adjunto de Patrimônio da União, Jorge Arzabe, pediu que o debate sobre o tema seja aprofundado, enquanto o presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (Irib), Helvécio Castello, defendeu ajustes para a aprovação da proposta. Da mesma forma, o representante do Ministério das Cidades, Benny Schasberg, disse que a matéria é complexa.

O representante do Ministério da Defesa, Eduardo de Souza Fortes, manifestou-se contrário à PEC 53/07.

Garibaldi: combater a corrupção é obrigação do Senado

Ao integrar o Senado na campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”, o presidente da Casa, Garibaldi Alves, criticou a lentidão do Parlamento em aprovar normas capazes de combater a corrupção.

O Senado se juntou à Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, ao Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, à Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e à Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios em termo de cooperação para conscientizar a sociedade sobre os prejuízos causados pela corrupção.

– O Senado já deveria estar fazendo muito depois do que se passou aqui. Por que alguns projetos estão parados, como é o caso do que reestrutura o Conselho de Ética e do projeto que exige o voto aberto nos julgamentos de casos de corrupção? Nada disso anda. Quando é que o Senado vai aprender? O Senado precisa, imediatamente, dar conta desses projetos – afirmou.

Por unanimidade, parlamentares decidiram tomar depoimentos de José Aparecido Nunes Pires, da Casa Civil, e André Eduardo Fernandes, do gabinete do senador Alvaro Dias

Marisa Serrano: CPI ouve amanhã servidores envolvidos com dossiê

A CPI dos Cartões Corporativos tomará amanhã, em reunião aberta, os depoimentos do secretário de Controle Interno da Presidência da República, José Aparecido Nunes Pires, e o consultor legislativo do Senado, André Eduardo da Silva Fernandes, assessor do senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Eles são apontados como os responsáveis pelo vazamento de um suposto dossiê com gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

O anúncio foi feito pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), presidente da CPI, informada de que os depoimentos dos servidores à Polícia Federal (PF) correm em segredo de Justiça. Por isso, será dado conhecimento dos documentos aos membros da CPI em reunião fechada, preliminar à audiência de José Aparecido e André Fernandes.

– Não há problema de os depoimentos [à PF] estarem sob segredo, porque aqui somos juízes. Vamos compartilhar a informação e não há nenhum problema, desde que deputados e senadores preservem o sigilo – afirmou.

Na reunião da CPI que aprovou

por unanimidade a audiência dos servidores, parlamentares de oposição levantaram a possibilidade de convocar a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e sua assessora, Erenice Alves Guerra. O deputado Sílvio Costa (PMN-PE) afirmou que a CPI Mista “não convocará de jeito nenhum” nenhuma das duas.

Perícia em computador do Senado

Marisa Serrano destacou que, em primeiro lugar, será preciso ouvir os dois indicados pela PF como responsáveis pelo vazamento. Dependendo dos depoimentos dos acusados à CPI, outros requerimentos de convocação poderão ser votados, inclusive pedindo a presença da ministra Dilma e

de sua assessora. Por conta dos novos desdobramentos, Marisa não descartou a possibilidade de prorrogação da CPI por 30 dias.

Na reunião de ontem foi aprovado ainda requerimento do deputado Nilson Mourão (PT-AC) para que a PF pericie o computador utilizado por André Fernandes no Senado. Por esse computador teriam sido recebidas informações da Casa Civil sobre gastos de Fernando Henrique.

Alvaro Dias colocou seu assessor à disposição da CPI Mista, assim como o equipamento usado pelo servidor. O senador informou ainda que André Fernandes está de férias, mas comparecerá à comissão quando for chamado.



Entre Marcelo Melo (E) e Luiz Sérgio, Marisa preside reunião da CPI dos Cartões

Banco do Brasil teria enviado dados parciais à comissão

Na reunião de ontem da CPI dos Cartões Corporativos, os parlamentares da base de apoio ao governo rejeitaram requerimento do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) pedindo a convocação de um diretor do Banco do Brasil (BB) para esclarecer divergências entre as informações enviadas pelo banco à CPI e ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo Sampaio, há 1.016 itens a mais no banco de dados do tribunal, todos referentes a gastos da Presidência da República. O deputado afirmou que são itens que poderiam constranger o presidente, como pagamentos de alimentação, a exemplo dos que constavam do suposto dossiê contra o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Para Sampaio, é necessário que o BB apresente uma justificativa para o ocorrido. O deputado assinala que teria havido “comandos” do governo federal para que as informações fossem suprimidas do banco de

dados enviado à comissão.

Para a presidente da CPI, Marisa Serrano, a divergência significaria que os documentos enviados à comissão seriam falsos. Ela vai questionar o Banco do Brasil sobre o porquê de os documentos recebidos pela CPI serem diferentes daqueles enviados ao TCU.

O deputado Paulo Teixeira (PT-SP) ressaltou que as divergências ocorreram porque o BB teria enviado dados sigilosos por engano ao Portal da Transparência, que depois tiveram que ser retirados. Teixeira disse ainda que o banco de dados do TCU contém mais informações do que o da CPI, porque detém dados sigilosos.

Relatório final

O relator da CPI, deputado Luiz Sérgio reafirmou sua intenção de apresentar o relatório final em 27 de maio. A presidente da comissão também disse que deseja encerrar a comissão até 9 de junho porque “há muitos assuntos importantes a serem discutidos pelo Congresso”.

Porém, se for necessário, a comissão poderá ser prorrogada por mais 30 dias, frisou Marisa Serrano.

O depoimento do reitor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Ulysses Fagundes Neto, previsto para ontem, foi adiado. Acusado de ter feito gastos irregulares com cartão corporativo, o reitor informou à CPI estar comprometido como palestrante em congressos internacionais. No entanto, colocou-se à disposição dos parlamentares a partir do dia 26. O relator da CPI afirmou que o depoimento do reitor não acrescentará muito às investigações.

O deputado Vic Pires (DEM-PA) apresentou CD com vídeo do ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), Altemir Gregolin, pedindo votos para o presidente Lula durante compromisso oficial, no qual o ministro teria pagado despesas com cartão corporativo. Marisa Serrano prometeu analisar o documento e encaminhar as denúncias.

Senadores homenageiam Bello Parga

Em Plenário, senadores expressaram pesar pela morte, ontem, do ex-senador Luís Carlos Bello Parga, aos 79 anos, em São Luís (MA), em decorrência de falência múltipla de órgãos. Suplente do ex-senador Alexandre Costa, ele exerceu mandato no Senado de 1996 a 2003. Internado há um mês, ele será sepultado às 17h, no cemitério de São Luís.

Para Roseana Sarney (PMDB-MA), a morte de Bello Parga deixou mais pobre a política brasileira. Epitácio Cafeteira (PTB-MA) registrou o bom diálogo do ex-senador com todas as correntes políticas do Maranhão. Como líder do DEM, José Agripino (RN) anunciou que, juntamente com o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), pedirá que o Senado, a exemplo da Comissão de Educação, manifeste voto de pesar pela morte de Bello Parga. O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, lembrou a passagem do ex-senador pela presidência da CPI dos Bancos, em 1998.

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, encontra clima amistoso ao participar de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos



Ao lado de Aloizio Mercadante (D), Henrique Meirelles justifica decisão do Banco Central de elevar taxa básica de juros

Meirelles: inflação tem subido, mesmo sem considerar alimentos

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, afirmou ontem que os índices de preços do país têm apontado para a alta da inflação mesmo quando se excluem dos cálculos os alimentos – item avaliado como o principal fator das atuais pressões inflacionárias. Ele fez essa declaração durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Meirelles comentou que o Banco Central calculou a inflação dos últimos meses sem incluir os alimentos e, mesmo assim, constatou que os preços em geral estavam em alta. Ele também observou que os índices de preços relativos ao atacado revelaram pressões sobre os custos

da indústria, com o risco de que haja repasses de aumentos para o varejo e, conseqüentemente, a “contaminação” do resto da economia.

Taxa de juros

Tais indicadores justificam, segundo Meirelles, a recente decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de elevar a taxa básica de juros de 11,25% para 11,75% ao ano. Foi o primeiro aumento dessa taxa – também conhecida como Selic – desde maio de 2005. O Copom é um colegiado formado pelo presidente e pelos diretores do Banco Central.

– O Banco Central agiu a tempo. A mensagem à nação é de que a inflação está sob controle

– declarou.

Questionado sobre os motivos que levam a instituição a tentar cumprir de forma rígida as metas inflacionárias – ou seja, a buscar o centro da meta, em vez de aproveitar as margens de variação permitidas –, Meirelles respondeu que, “idealmente, a decisão deve ser atingir o centro”.

– Não é possível prever, por exemplo, um choque externo em 2009, então é aconselhável mirar no centro da meta – avaliou, observando que a inflação já está no intervalo superior dessa meta.

O comparecimento do presidente do Banco Central à CAE, para discutir periodicamente a política monetária, está previsto na Resolução 32/07 do Senado.

Banco Central, uma “ilha de racionalidade”

Henrique Meirelles encontrou clima amistoso na audiência realizada na CAE. Dessa vez, quase não se ouviram críticas aos juros. Senadores chegaram a dizer que o Banco Central não deve vacilar em promover novos aumentos da taxa de juros para conter as atuais pressões inflacionárias, como já foi feito na mais recente reunião do Copom.

Depois de observar que é sempre parcimonioso em elogios a autoridades, para não se arrepenher mais tarde, Jefferson Péres (PDT-AM) classificou o Banco Central de uma “ilha de racionalidade” no país.

César Borges (PR-BA) ponderou, no entanto, ser necessário um rápido retorno à trajetória de queda dos juros, para salvaguardar o atual ciclo de crescimento.

Meirelles disse que, em médio e longo prazo, a tendência dos juros é declinante.

O presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), propôs requerimento para que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, venha ao colegiado falar sobre a criação de um fundo soberano para o país. Mercadante, da mesma forma que o senador Renato Casagrande (PSB-ES), destacou que o controle da inflação não pode ficar exclusivamente centrado na política monetária. Para os dois parlamentares, deve-se recorrer a outros instrumentos, como a elevação do superávit primário – a economia feita pelo governo para ampliar a capacidade de gestão da dívida pública.

Francisco Dornelles (PP-RJ) questionou Meirelles sobre a

efetividade da taxa Selic como instrumento de contenção da demanda agregada.

Arthur Virgílio (PSDB-AM), junto aos elogios à política monetária, manifestou temores com relação ao câmbio – para ele, o “calcanhar--de-aquiles” da economia atualmente. Kátia Abreu (DEM-TO) centrou suas críticas nos gastos do governo e chegou a sugerir que a equipe do ministro da Fazenda, Guido Mantega, seja deslocada para o Banco Central “para aprender a trabalhar com austeridade”.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) registrou que a linha de política monetária atual, cujo sucesso está sendo comemorado pela base governista, vem sendo aplicada desde o governo Fernando Henrique Cardoso.

Virgílio quer explicações sobre fraude no BNDES e gastos de Garcia

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), anunciou ontem que apresentará dois requerimentos com vistas a obter informações sobre as fraudes descobertas pela Polícia Federal no BNDES e sobre os gastos do assessor especial da Presidência da República Marco Aurélio Garcia.

O primeiro requerimento será apresentado à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) objetivando a realização de audiência pública com o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e com o diretor de Inclusão Social da instituição, Elvio Lima Gaspar.

No caso de Marco Aurélio Gar-



Arthur Virgílio anuncia apresentação de requerimentos de informações

cia, o requerimento será apresentado à Mesa do Senado. Virgílio quer informação sobre os gastos realizados pelo assessor de 2004 até o momento.

Mário Couto destaca extinção de ONG acusada de irregularidades

Mário Couto (PSDB-PA) comentou a extinção da Associação para Projetos de Combate à Fome (Ágora), entidade ligada a Mauro Dutra, amigo do presidente Lula. A entidade foi fechada por decisão do juiz da 6ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e está sendo investigada pela CPI das ONGs por supostas irregularidades na administração de recursos públicos.

Segundo o senador, a medida judicial, tomada na terça-feira, atendeu a ação de dissolução proposta pelo Ministério Público do DF, que acusa a Ágora de ter emitido notas fiscais



Mário Couto lembra que a Ágora foi denunciada por emissão de notas frias

frias no valor de R\$ 887 mil e descumprido sua finalidade de promover estudos de combate à fome.

Princípios do PTB são atuais, diz Mozarildo

Ao comemorar a passagem dos 63 anos do Partido Trabalhista Brasileiro – fundado em 15 de maio de 1945 –, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) relembrou o papel da agremiação na história nacional.

Segundo ele, o objetivo do trabalhismo, de propor a reforma do sistema capitalista, permanece válido atualmente.

– A presença do PTB na vida política deve-se à atualidade de seus princípios – disse, incluindo entre eles a necessidade de intervenção do Estado como regulador e fiscalizador da iniciativa privada, a afirmação dos direitos de trabalhadores, a inclusão social e o nacionalismo.

Rosalba pede atenção à educação infantil

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) pediu maior atenção à educação infantil no Plano de Desenvolvimento da Educação. Relatora do tema na Comissão de Educação, ela enfatizou que a educação pré-escolar tem efeitos significativos no rendimento acadêmico posterior.

Embora admita que a inclusão da educação infantil no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) seja um avanço, Rosalba apontou que os valores *per capita* destinados aos alunos de creches e pré-escolas são inferiores aos do ensino fundamental e do ensino médio.

Apenas 13% das crianças entre zero e três anos estavam na pré-escola em 2005, informou.

Aprovados três embaixadores

O Plenário do Senado aprovou ontem três indicações do presidente Lula para ocupar cargo de embaixador: João Batista Cruz ficará à frente da embaixada do Brasil em Santa Lúcia (ilha do Caribe); Marisa Sagrdenberg Zelnner Gonçalves foi escolhida embaixadora do Brasil na Eslováquia; e Antônio Luís Espínola Salgado chefiará a embaixada no Irã.

Diante da falta de quórum na reunião de ontem dos líderes partidários, os senadores decidiram adiar a discussão sobre as oito medidas provisórias que estão trancando a pauta.

Alvaro pede à Aneel que suspenda leilão

Alvaro Dias (PSDB-PR) solicitou ao Ministério de Minas e Energia e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a suspensão do leilão da Usina de Jirau, marcado para o dia 19 deste mês. Jirau faz parte do Complexo Rio Madeira, em Rondônia, que inclui a construção de outras duas usinas hidrelétricas. Ao justificar o pedido, Alvaro denunciou que o edital para a habilitação dos consórcios de empresas interessadas na construção da obra contém regras que contrariam a lei de livre mercado e favorecem somente um grupo já habilitado – Furnas-Odebrecht.

Crivella defende aumento a militar

Marcelo Crivella (PRB-RJ) cobrou ontem do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), o cumprimento do acordo pelo qual gratificações salariais concedidas aos policiais militares do Distrito Federal seriam estendidas aos militares dos ex-territórios e aos remanescentes do antigo Distrito Federal.

O acordo teria sido firmado durante a votação, em 1º de abril, de projeto de lei de conversão (PLV 4/08) oferecido à medida provisória (MP 401/07) que reajustou a remuneração dos militares do DF.

Senadores ressaltam contribuição da parlamentar para a política ambientalista do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Afastamento do cargo foi anunciado ontem

Marina, que deixa ministério, recebe boas-vindas do Plenário

Vários senadores deram boas-vindas à senadora licenciada Marina Silva (PT-AC), que ontem se demitiu do cargo de ministra do Meio Ambiente e reassumirá o mandato. A senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, disse que talvez a decisão da ministra pudesse ser revertida.

Pedro Simon (PMDB-RS) estava discursando quando recebeu informação de sua assessoria sobre a demissão. Ele frisou que o governo Lula perderá com a saída de Marina Silva, acrescentando que o Senado a receberá “de braços abertos”.

Tião Viana (PT-AC) ressaltou que Marina contribuiu para que a política ambientalista do governo Lula apresentasse bons resultados.

– A senadora é hoje patrimônio da história do Acre e sai de cabe-



Marina Silva volta ao Senado após cinco anos no Ministério do Meio Ambiente

ça erguida – afirmou Viana, que saudou Sibá Machado (PT-AC), suplente da ministra demissionária.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que Marina Silva foi uma boa ministra, “correta, séria, convicta de suas idéias”.

– O governo terá de explicar

muito bem ao exterior a demissão, especialmente agora, quando o aquecimento do planeta está na mente de quase todo mundo – observou Virgílio.

José Agripino (DEM-RN) aplaudiu o desempenho de Marina à frente do ministério. Ponderou que, embora adversários políticos, reconhece seus méritos como ministra. Magno Malta (PR-ES) destacou que ela já era respeitada internacionalmente quando assumiu o ministério.

Eduardo Suplicy (PT-SP) também se solidarizou com a ministra demissionária. Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que ela, enfrentando “inclusive o seu partido”, evitou que “caísse nas mãos de uma empresa” a Serra Vermelha, no seu estado, área florestal “que estava fadada a virar carvão”.

Simon reivindica aval do Congresso Nacional a concessão de florestas

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou o presidente Lula por insistir que a concessão de florestas públicas não deve passar pela aprovação do Congresso Nacional. Simon lembrou que o presidente vetou a emenda, apresentada à Lei de Gestão de Florestas Públicas, que preservava a prerrogativa do Congresso de analisar a concessão de terras públicas acima de 2.500 hectares, conforme prevê a Constituição.

A emenda vetada pelo presidente, explicou o senador, mantinha o texto do artigo 49, inciso 17,

da Constituição, que assegura ser da “competência exclusiva” do Congresso “aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 2.500 hectares”.

– A tese do governo é de que concessão de floresta pública não seria concessão de terra pública, ou seja, para o governo, floresta existiria mesmo sem terra.

A primeira concessão, de cerca de 95 mil hectares da Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia, foi questionada pelo Ministério Público. Mas o presidente do STF, Gilmar Mendes, decidiu li-



Simon: Lula não pode excluir o Legislativo das decisões sobre o destino da Amazônia

minarmente manter o processo.

– Em um momento crucial para o país reafirmar a sua soberania sobre a Amazônia e suas riquezas, a atuação do presidente, perigosamente, tenta excluir o Congresso das decisões sobre o destino da região – protestou.

Mão Santa cobra a redução da carga tributária

Ao discursar ontem em Plenário, o senador Mão Santa (PMDB-PI) reclamou da elevada carga tributária do país. Ele afirmou que os brasileiros pagam cerca de 76 impostos. Ao se comprar um perfume por R\$ 60, exemplificou o parlamentar, R\$ 47,76 são impostos; dos R\$ 8 mil de uma



Mão Santa concorda que o Congresso precisa avalizar a concessão de florestas

motocicleta, R\$ 5.272 são impostos; uma garrafa de vinho de R\$ 40, R\$ 21,48 referem-se a impostos.

– Somos, sem dúvida ne-

nhuma, a última resistência da democracia neste país. Ela está periclitando. Estamos vigilantes para manter a democracia do povo do Brasil – afirmou.

Mão Santa apoiou também o pronunciamento do seu colega Pedro Simon (PMDB-RS) sobre a necessidade de a concessão de florestas públicas ser submetida à apreciação do Congresso Nacional.

– Desobedecer a Constituição federal é o mesmo que rasgar a bandeira – observou Mão Santa.

Fundo mundial para o meio ambiente

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem parecer de Serys Slhessarenko (PT-MT) pelo encaminhamento da indicação (INS nº 1/06), de Aloizio Mercadante (PT-SP), que propõe a criação do Fundo Mundial Ambiental (FMA) à Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas. O objetivo desse fundo, segundo Mercadante, é financiar programas, projetos e ações para enfrentar o que classificou de imenso desafio de conciliar o crescimento econômico com o meio ambiente equilibrado.

Senadores vêm desmatamento

Em discurso no Plenário, Gilberto Goellner (DEM-MT) informou que, nos próximos três dias, senadores da comissão temporária criada para apurar os riscos ambientais em municípios da região amazônica atingidos pelo desmatamento percorrerão as cidades de Cuiabá, Sinop e Alta Floresta, em Mato Grosso, a fim de apurar as condições de desmatamento em diversas áreas do estado.

A missão dos seis senadores, acrescentou Gilberto Goellner, terminará nesta sexta-feira, com a realização de audiência pública na Assembléia Legislativa de Mato Grosso.

Homenagem a engenheiro

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) homenageou o engenheiro Rinaldo Campos Soares, que, depois de 18 anos, deixa a presidência da siderúrgica Usiminas. Formado no curso de Engenharia e Metalurgia da Escola de Minas do Ouro Preto e com título de doutor em Metalurgia pela Universidade de Paris, Rinaldo começou sua trajetória na Usiminas, em 1971, como assessor do Departamento de Engenharia Industrial. Vinte anos depois foi escolhido para presidir a companhia. “É uma história que se funde com a da própria empresa”, disse Azeredo.

Jane Araújo



Magno Malta (C) e Demostenes (D) ouvem na CPI da Pedofilia o prefeito de Niquelândia

Na CPI, menor acusa prefeito de abuso sexual, mas ele nega

Os senadores Magno Malta (PR-ES) e Demostenes Torres (DEM-GO), presidente e relator da CPI da Pedofilia, ouviram segunda-feira duas adolescentes vítimas de abuso sexual no município de Niquelândia (GO). As jovens confirmaram denúncias de que o prefeito do município, Ronan Rosa Batista, vereadores e secretários municipais teriam se utilizado da máquina pública para aliciar menores.

– Atualmente é punido quem alicia, quem agencia. Quem usou [teve relações sexuais] não tem punição prevista em lei. A partir de agora, ouviremos os envolvidos e, se necessário, faremos uma acareação – disse o presidente da CPI, que sugeriu a possibilidade de colocar o prefeito frente a frente com as jovens.

Ouvido ontem pelos dois senadores, o prefeito de Niquelândia negou as acusações, mas teve sua defesa contestada por Malta, que apontou inúmeros telefonemas

dele para a menor, detectados pela quebra de sigilo telefônico. Ronan Batista atribuiu as chamadas a seu motorista.

Demostenes avaliou a profusão de ligações telefônicas entre o prefeito e a menor como mostra de que houve “um contato intenso”. Segundo o senador, o caso é “um paradigma para mostrar que a lei no Brasil é muito fraca, e que parlamentares e o presidente da República têm de se empenhar para mudá-la”.

O relator explicou que o Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 244a, fala em “submeter a criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual”. Assim, enquanto o juiz da comarca condenou os envolvidos, o procurador-geral – a quem cabe apresentar denúncia contra o prefeito – preferiu determinar arquivamento. O entendimento teria sido, segundo Demostenes, de que quem submete é quem agencia a relação e não quem a comete.

Projeto coordenado pelos senadores Demostenes Torres e Marco Maciel e por um grupo de servidores compreende programação a ser desenvolvida até dezembro

Senado lança Ano Cultural, que terá de *shows* a mostra de filmes

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, lançou na noite de ontem, em cerimônia na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, o Ano Cultural Artur da Távola. O projeto, coordenado pelos senadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Marco Maciel (DEM-PE), além de um grupo de servidores, compreende uma programação de eventos culturais a serem desenvolvidas na Casa até dezembro deste ano.

Entre as atividades propostas há *shows*, ciclos de debates e seminários, além de diversas exposições, mostras de filmes e lançamentos de livros. A idéia, de acordo com o ato que deu origem à comissão, é associar eventos de apelo popular a outros de caráter mais acadêmico. Um dos destaques é o início do processo de digitalização do acervo de obras raras da biblioteca.

Na abertura, o evento, inicialmente chamado de Ano Cultural do Senado Federal, foi renomeado para homenagear Artur da Távola, ex-senador, escritor e jornalista morto na última sexta-feira.

Garibaldi destacou que a iniciativa de promover a diversidade



Na biblioteca, Garibaldi Alves (E) discursa na presença de senadores e funcionários

artística e acadêmica do país faz parte do esforço do Senado para “recuperar sua credibilidade abalada” – o maior desafio de seu mandato na Presidência da instituição, segundo ele.

Mídia

Já Demostenes Torres, presidente da Comissão Especial do Ano Cultural, conclamou os colegas a reverterem a batalha que tem sido desfavorável ao Senado na mídia, mostrando à população o que a Casa representa e qual é sua função.

Marco Maciel ressaltou a importância da cultura para a afirma-

ção da identidade cultural de um povo, especialmente num país de grande diversidade cultural como o Brasil.

As atividades da programação serão abertas ao público (os filmes e documentários, por exemplo, deverão ser exibidos no auditório do Interlegis) e transmitidas pelos veículos de comunicação do Senado.

A abertura do Ano Cultural foi marcada pelo lançamento da publicação eletrônica *História do Senado Brasileiro* e da exposição *A Escravidão no Parlamento Brasileiro*.

Geovani defende mudanças no CTB

Após manifestar satisfação por ter sido indicado relator do projeto (PLS 594/07) que prevê pena de seis a 20 anos de prisão, mais multa e suspensão da carteira de habilitação para quem matar ao dirigir embriagado ou promover “pegas”, o senador Geovani Borges (PMDB-AP) defendeu o aumento das penas previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

O projeto, do senador licenciado Gilvam Borges (PMDB-AP), tipifica as consequências de cada delito e aplica penas maiores. Geovani assinalou que a lei determina detenção de dois a quatro anos para quem estiver dirigindo bêbado ou promovendo “pega” e matar alguém no trânsito. Na prática, observou, um bom advogado pode transformar a pena em pagamento de uma cesta básica mensal.

Papaléo quer apoio a brasileiros na Guiana

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu o direito de os brasileiros residentes na Guiana Francesa terem acesso aos serviços públicos de saúde do departamento ultramarino francês.

O pleito se estende à população do município brasileiro de Oiapoque, localizado no extremo norte do país, a qual não consegue ter acesso aos serviços médicos mantidos pelo governo guianense. As autoridades daquele país consideram que não existe reciprocidade entre Brasil e França no campo da assistência social.

Papaléo apelou aos ministros da Previdência Social, Luiz Marinho, e das Relações Exteriores, Celso Amorim, para que viabilizem acordo de previdência social entre Brasil e França visando resolver a situação dos brasileiros.

Filme mostra que história não começa com escravidão

Mostrar a história dos afrodescendentes, para além dos grilhões e em uma perspectiva histórica da escravidão. Essa é a intenção do documentário *Atlântico Negro – Na rota dos orixás*, do cineasta Renato Barbieri, exibido ontem como parte do lançamento do Ano Cultural 2008 do Senado Federal e das comemorações dos 120 anos da Abolição da Escravatura.

– A verdadeira história está na África, antes da escravidão – disse o cineasta.

Ele explicou que o documentário busca mostrar o mapa da diáspora, com as regiões de origem dos africanos, a exemplo do Benin, e os destinos no Brasil, como Salvador e São Luís, durante o tráfico negreiro. Ele apontou as dificuldades para delinear a rota, e afirmou que o Ministério da Educação deve fazer as informações chegarem aos afrodescendentes. No filme, também é evidenciada a grande influência africana na religiosidade brasileira, “na musicalidade, na dança, no gestual, no apreço pelas cores”, e as contribuições em matérias como mineralogia, agricultura tropical e criação extensiva do gado.

O filme estreou em 1998 e ganhou prêmio no Festival de Cannes, o Prêmio Margarida de Prata e o Prêmio Pierre Verger.

Sessão marca os 200 anos da chegada da família real

Ao lado do presidente da Assembleia da República de Portugal, deputado Jaime Gama, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, participou ontem de sessão realizada pela Câmara dos Deputados para celebrar o bicentenário da chegada da família real portuguesa ao Brasil.

Ao falar na sessão, Garibaldi mencionou outro fato decisivo na formação da nacionalidade brasileira – a Abolição da Escravatura. Ele registrou o carinho que o Brasil sente pela nação portuguesa, em razão de suas raízes e origens históricas.

– Hoje, estamos comemorando os 120 anos da Abolição da Escravatura, fato que faz parte de uma história que nos une. É importante também registrar o carinho que sentimos pela história mais recente de Portugal, pela revolução feita e pela ditadura desfeita. Destaco a atuação de Mário Soares, por quem temos muito carinho, é um irmão nosso. Quando ataca a saudade, ele viaja de lá para cá. Foi um dos responsáveis pela consolidação de Portugal na União Européia. Quero saudar também o presidente da Assembleia da República Portuguesa, deputado Jaime Gama, e reiterar o quão ele é bem-vindo ao Brasil – declarou.

Paulo Lima

Delegação de senadores visita a Casa dos Escravos em Gorée

No dia em que a abolição da escravidão no Brasil completou 120 anos, os senadores Heráclito Fortes (DEM-PI), Marconi Perillo (PSDB-GO), José Nery (PSOL-PA) e João Pedro (PT-AM) visitaram a Casa dos Escravos, na Ilha de Gorée, próxima de Dacar. Da ilha, que funcionava como mercado escravista, partiram milhares de escravos ao longo dos séculos 18 e 19 para o Brasil.

A delegação de senadores brasileiros, em missão oficial a seis países africanos, é chefiada pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Heráclito Fortes.

Os parlamentares receberam da prefeitura local o diploma “Peregrinos de Gorée”, conferido aos que visitam a ilha, cujo centro histórico é Patrimônio Cultural da Humanidade.

– Neste momento, precisamos

pedir perdão pelos crimes contra a dignidade humana cometidos em séculos de escravidão. Essa visita representa o compromisso de todos de trabalharmos para que acabe em nosso país a escravidão contemporânea, manifestada nos trabalhos realizados em condições degradantes, realizando uma “segunda abolição” no Brasil – afirmou Nery.

De acordo com o senador, é necessário garantir a titularidade das terras das comunidades quilombolas, aprofundar a política de cotas para negros nas universidades e aprovar o Estatuto da Igualdade Racial, que tramita atualmente na Câmara dos Deputados, bem como aprovar a proposta de emenda à Constituição (PEC 438/01) que visa à expropriação das terras onde seja constatado o uso de mão-de-obra similar à escrava.

Necessidade de aprovação do Estatuto da Igualdade Racial na Câmara e adoção de outras medidas para a inserção social dos afrodescendentes são temas dos pronunciamentos



Senadores, representantes da comunidade negra e autoridades participam, no Plenário da Casa, da homenagem à Abolição

Senado comemora em sessão solene os 120 anos da Lei Áurea

A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial vai possibilitar a implementação de políticas públicas que beneficiem a comunidade negra do Brasil, enfatizou ontem o presidente do Senado, Garibaldi Alves, na sessão especial em comemoração dos 120 anos da Lei Áurea.

Afirmando que o Parlamento tem um papel central no processo de inserção social definitiva dos negros, o senador dirigiu apelo à Câmara para que vote logo o Estatuto da Igualdade Racial (PL 3.198/00), de autoria de Paulo Paim (PT-RS), já aprovado no Senado.

Por sua vez, o senador e ex-presidente da República José Sarney (PMDB-AP) ressaltou que as poucas linhas da Lei Áurea significaram a liberdade para milhares de negros, apesar de não dar a eles a independência total. Sarney lembrou que, embora os negros sejam 45% da população brasileira, eles representam 64% dos pobres do país.

Abolição inacabada

Cristovam Buarque (PDT-DF), um dos requerentes da sessão especial, juntamente com Paulo Paim e Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que existem no Congresso 110 projetos de lei que visam completar a abolição, e que estão sendo adiados há anos. “Através de truques, jogadas, manipulações regimentais, consegue-se jogar para adiante a forma de tentar completar a abolição”, frisou.

Já Paulo Paim explicou que o estatuto é um projeto “singelo”, mas que vai possibilitar a imple-

mentação de políticas afirmativas para beneficiar a população negra brasileira. Paim argumentou que ainda hoje os negros são “massacrados” e, como exemplo, disse que de cada dez jovens assassinados no país, oito são negros. Ele pediu ao presidente do Senado que encaminhe a todas as escolas do país documentário produzido pela TV Senado, bem como o suplemento elaborado pelo **Jornal do Senado**, sobre a Abolição.

Mercadante assinalou que o texto da Lei Áurea é o mais simples e o de maior alcance social

da história do Brasil. Para o senador, não há muito o que comemorar nesse dia. “Mas podemos nos orgulhar de estarmos implantando políticas sérias e conseqüentes de combate às desigualdades raciais e sociais”, destacou.

Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou que as desigualdades persistem após 120 anos da Abolição e precisam ser combatidas por todos e pediu a implementação da Renda Básica de Cidadania.

Maçonaria

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) salientou que os maçons foram os primeiros a libertar escravos no país. Observou que os principais personagens que lutaram pela causa abolicionista pertenciam à Maçonaria, como o Visconde do Rio Branco, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e

Barão do Cotegipe. E disse que, dos dois senadores que votaram contra a abolição, Cotegipe o fez porque a lei não contemplava medidas que garantissem condições para que as pessoas libertadas comessem nova vida.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) lembrou que Mossoró proclamou a abolição em 1883 – cinco anos antes da assinatura da Lei Áurea – por meio de maçons.

Participando da sessão, Frei Davi apelou aos parlamentares do Democratas para que o partido retire processos no Supremo Tri-

bunal Federal contra as cotas para negros nas universidades (o ProUni) e o projeto de regulamentação de terras quilombolas.

O evento contou com a presença do primeiro-ministro da Áustria, Alfred Gusenbauer; do reitor da Unipalmars, José Vicente; e do ator Milton Gonçalves. Ao encerrar a solenidade, a poetisa e atriz Elisa Lucinda leu crônica de sua autoria *Amigas brancas ricas e com gravadores*, sobre episódio de racismo vivido por ela, e também declamou seu poema *Notícias da colônia*.

Na sessão ordinária, o senador Flávio Arns (PT-PR) apontou a necessidade de se adotar medidas para que os descendentes de escravos sejam incorporados definitivamente ao exercício da cidadania.

Estatuto vai possibilitar a implementação de políticas em benefício da população negra do país, afirma Paulo Paim



Ao fundo, João Pedro (2º à esq.), Heráclito Fortes, Marconi Perillo e José Nery

Senegal mostra interesse pelo arroz do Brasil

Os quatro senadores que visitam a África foram recebidos pelo vice-presidente do Senado senegalês, Kansoumbaly Ndiaye, que informou à delegação sobre o interesse de seu país na compra de arroz do Brasil, já que os estoques do produto, no Senegal, devem se esgotar até julho.

Os senadores ficaram de verificar a possibilidade junto ao Ministério da Agricultura, mas adiantaram que o Brasil também vem estocando o grão.

Os parlamentares senegaleses disseram que seu país quer aprender com a experiência brasileira na produção de alimentos, em especial o arroz. Heráclito observou que a Embrapa exporta tecnologia e, assim, poderia firmar convênios de cooperação com o Senegal.

Cabo Verde quer ampliar combate a tráfico de droga

A defesa do Atlântico Sul e o combate ao tráfico internacional de drogas foram os principais temas tratados pelos quatro senadores brasileiros que estiveram em Cabo Verde na última segunda-feira. A comitiva foi recebida pelo presidente do país, Pedro Pires.

A ministra da Defesa Nacional, Maria Cristina Fontes Lima, defendeu a criação de uma Zona de Paz do Atlântico Sul, livre do tráfico de drogas. A meio caminho entre América do Sul e Europa, Cabo Verde está na rota das drogas – atualmente, um quinto da cocaína traficada no mundo passaria pela região.

Projeto estabelece validade de um ano para passagens de ônibus intermunicipais, interestaduais e internacionais. Prevê também o reembolso do bilhete não utilizado

Aprovado projeto que garante direitos a passageiro de ônibus

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem relatório do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) favorável à aprovação do projeto de lei da Câmara (PLC 51/07) que estabelece validade de um ano para as passagens de ônibus intermunicipais, interestaduais e internacionais. A matéria vai agora ao exame do Plenário.

O projeto determina que a empresa deverá assegurar a continuidade da viagem, dentro do prazo máximo de três horas, em caso de defeito no veículo. Caso contrário, deverá devolver o valor do bilhete. As despesas de alimentação e hospedagem, em caso de interrupção, serão pagas pela transportadora.



Serys, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Expedito Júnior e Casagrande debatem a proposta

A proposição também assegura ao passageiro o reembolso do valor do bilhete não utilizado, desde que antes do embarque. Garante ainda ao passageiro o embarque

em serviço de qualidade superior à adquirida, sem ônus, desde que não haja disponibilidade de veículo da categoria do serviço contratado.

Dia do ciclista pode ser comemorado em 19 de agosto

O Dia Nacional do Ciclista deverá ser celebrado em 19 de agosto, segundo projeto (PLC 43/08) aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A proposta, relatada pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES), será agora examinada pelo Plenário em regime de urgência.

A data é uma homenagem ao ciclista e biólogo Pedro Davison, que morreu atropelado, em Brasília, aos 25 anos, em agosto de 2006. O motorista que o atropelou dirigia em alta velocidade e embriagado. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) também defendeu a proposta.

A CE acolheu ainda projeto (PLS 481/07) de Patrícia Saboya (PDT-CE) que modifica o regime de tributação de creches



Gerson Camata (D) relatou o projeto a ser examinado em regime de urgência no Plenário

e pré-escolas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – o Simples Nacional. Relatora da proposição, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que as

alíquotas aplicadas a creches e pré-escolas foram aumentadas em 50% com a aprovação, em 2006, da nova lei do Supersimples. O projeto estabelece o retorno ao modelo anterior de tributação.

Expedito Júnior cobra MP do reajuste a militares

O senador Expedito Júnior (PR-RO) cobrou pressa do Executivo no envio da medida provisória (MP) reajustando a remuneração dos militares das três Armas. A MP deveria ser enviada antes da entrega do próximo contracheque dos militares, amanhã, conforme acordo firmado com o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Expedito também cobrou do governo mais atenção para as Forças Armadas. O empobrecimento e o abandono do Exército, Marinha e Aeronáutica, alertou, compromete a soberania do país, cujas fronteiras ficam desguarnecidas por falta de equipamento em condições de utilização. Para ele, a fusão dos antigos ministérios das três Armas no Ministério da Defesa enfraqueceu o setor.

– Sucessivos governos têm demonstrado pouco interesse nas Forças Armadas, mas o Brasil tem um território cuja extensão corresponde a 47% da América do Sul, onde, em 15 mil quilômetros de fronteiras, principalmente na Amazônia, as reservas indígenas ficam expostas a ações, por exemplo, das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

Osmar Dias quer saber se governo desistiu da reforma tributária

“O governo desistiu da proposta de reforma tributária encaminhada ao Parlamento no início do ano?” O questionamento foi feito ontem pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), devido ao lançamento, na segunda-feira, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da Política de Desenvolvimento Produtivo. O parlamentar demonstrou dúvidas quanto à eficácia do chamado PAC da Indústria.

O pacote, editado por meio de medida provisória, prevê desonerações tributárias para setores industriais de mais de R\$ 21,4 bilhões até 2011. Osmar Dias questionou por que o governo quer se antecipar e desonerar apenas um único segmento da economia, se já existe uma proposta de reforma



Osmar Dias manifesta dúvidas quanto à eficácia do PAC da Indústria

tributária tramitando na Câmara. O senador questionou ainda a desoneração previdenciária para o segmento de tecnologia da informação e da comunicação em 50%. Ele teme o passivo futuro na Previdência.

Ideli desafia oposição a sugerir cortes sem atingir o crescimento

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), desafiou a oposição a apontar quais programas do governo “poderiam sofrer cortes” sem afetar o crescimento.

Segundo Ideli, após o lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo, “muitos críticos” disseram que, talvez, nenhuma medida fosse necessária caso o governo tivesse contido seus gastos. Para ela, os críticos parecem ignorar que construir estradas, ampliar portos e incentivar a educação exigem dinheiro.

Segundo a líder, o programa deve levar o Brasil a aumentar seus investimentos dos atuais 17,6% do produto interno bruto (PIB) para 21%. Os financiamentos



Plano lançado pelo governo aumentará os investimentos do país, afirma Ideli

tos e as desonerações tributárias devem incentivar as exportações, ressaltou, levando o Brasil a uma participação de, pelo menos, 1,25% no comércio internacional – hoje é de 1,18%.

Agripino critica medidas para a indústria e propõe juros menores

José Agripino (DEM-RN) apontou ontem o alcance restrito das medidas de desoneração de impostos para o setor industrial anunciadas pelo presidente Lula. Em sua opinião, trata-se de um remédio errado para tratar o verdadeiro problema da economia brasileira: o câmbio, com o real excessivamente valorizado.

Até agora, afirmou Agripino, a economia tem se saído bem em grande parte pelas exportações e pelo alto preço das commodities no mercado internacional. Mas há um complicador, que é a diminuição no volume de exportações, o que leva à produção de superávits cada vez menores para a balança comercial brasileira.



Para Agripino, o verdadeiro problema da economia é o câmbio supervalorizado

O senador disse ainda que a elevação da taxa de juros para conter a inflação deprime a economia. – O que o governo deveria estar fazendo? Cuidar da taxa de juros.